

# As principais causas da desestabilização econômica

DERCIO GARCIA  
MUNHOZ

No momento em que a inflação novamente se acelera, como revela a variação de 19 por cento nos índices levantados pelo IBGE para as quatro semanas de janeiro (O INPC), repetindo os movimentos observados a partir do trimestre final de 1986, também se reacendem as discussões sobre os rumos da economia brasileira.

A muitos observadores essa verdadeira definição quanto ao comportamento futuro das taxas de inflação vem causando surpresas. Espacialmente aqueles que acreditavam na manutenção da estabilidade da variação de preços em torno de 15/16 por cento. Mas é evidente que a economia brasileira pós-cruzado, desestruturada pelo monetarismo mais ortodoxo, perdeu as condições que viabilizariam a estabilização das taxas de inflação em quaisquer níveis civilizados.

Falar-se agora que as pressões inflacionárias derivam da política salarial, face à aplicação da URP para reajustes mensais, é o mesmo que culpar o termômetro pela febre alta registrada no doente. A URP vem depois, e só reajusta os salários porque antes os preços se elevaram. E assim mesmo, face ao critério de cálculo da URP, e porque se baseia num índice de preços defasado, que, parando a coleta de preços no dia 15 do mês subestima a inflação quando esta é crescente, o reajuste mensal dos salários vem ficando substancialmente abaixo do crescimento dos preços.

Tomando por base uma categoria que tenha tido correção integral dos salários em setembro de 1987, as perdas salariais, uma vez aplicada religiosamente a correção pela URP, deverão alcançar 34 por cento ao final de fevereiro de 1988 — seis meses depois, portanto; exigindo um reajuste da ordem de 51 por cento a partir de março, apenas para complementar as correções subestimadas pela política salarial. Se essa mesma categoria de assalariados não conseguiu incorporar a inflação de junho/87 (26,1 por cento) em seu reajuste de setembro de 1987, como pretendia o Governo, ao final do corrente mês o salário real terá caído em 47 por cento, apesar da aplicação da URP a cada mês, e o novo reajuste complementar em 1º de março teria de ser de praticamente 90 por cento.

Vê-se, portanto, o que significaria para os trabalhadores e para a economia como um todo a aplicação das URP nos reajustes mensais ao longo dos doze meses, com complementação das correções apenas ao final, desde o momento em que o Governo abandonou o

critério de aplicar a mesma percentagem de reajuste (URP) também sobre os preços em geral. Nessas circunstâncias a profunda queda do poder de compra das famílias acumulada no período de doze meses, ao reduzir o consumo, a produção e o emprego, desorganizaria o setor produtivo, geraria grandes tensões sociais, e em paralelo traria problemas insolúveis nas finanças do Tesouro, na Previdência Social, no Sistema Financeiro da Habitação, e para a sobrevivência das empresas em geral.

Aí surge a questão sobre se, alternativamente, pode-se fazer a recomposição plena dos salários a cada mês. E a resposta é negativa, já que a inflação explodiria no curto prazo. Mas o pior é que a inflação, ainda que mantida a atual e perversa política salarial, também estará fora de controle possivelmente já em março, conforme foi possível prever com grande antecipação desde que, em junho de 1987, foi anunciado o conteúdo do chamado Plano Bresser.

O quadro aparentemente não oferece alternativas. Punem-se os trabalhadores e outros grupos economicamente frágeis e impotentes, e ainda assim o país avança para uma exploração inflacionária? O que estaria havendo de tão anormal na economia brasileira?

## A RAIZ DOS DESEQUILÍBRIOS

Está claro que certos setores da tecnocracia e da desinformada classe empresarial logo diriam que são os déficits públicos, o excesso de gastos do Governo, as estatais, os salários das empresas governamentais ou do funcionalismo, as fontes dos problemas. Mas esses sofismas — que tanto mal vem causando ao País ao acobertar a verdade — não passa no vestibular, ao se poder provar que os salários do setor público em geral vêm-se situando abaixo da inflação, e que a dívida do Governo é fruto, praticamente na totalidade, da caótica especulação financeira que o monetarismo ortodoxo introduziu no País a partir de 1981, e que hoje nos engole vivos.

O que ocorreu na economia brasileira é que, com a insanidade da política monetária reimplantada no 2º semestre de 1986, os custos financeiros das empresas sofreram brutal elevação em relação aos níveis de 1985 — um acréscimo estimado em torno de 25 bilhões de dólares, e isso sobre uma base de custos já extremamente elevada, como resultado da política monetária suicida inventada em 1981, que afetou o setor produtivo e fez incontrolável o crescimento da dívida pública. E, com tais aumentos de custos, as empresas quebram,

ou transferem para os preços, pressionando as taxas de inflação, que passam a afetar todas as empresas e todas as famílias. E logicamente só não transferem custos para os preços aqueles empresários que, dadas as condições do mercado, não conseguem fazê-lo: normalmente os produtores agrícolas e os pequenos comerciantes/industriais, que tendem a descapitalizar-se. O resto da conta — e põe resto nisso — vai para os assalariados em geral, os autônomos, os pensionistas, refletindo um incontrolável conflito distributivo, onde, diferentemente do que pretendem fazer suportar os monetaristas ortodoxos, os assalariados são as maiores vítimas. Mas para que tais perdas de rendas se materializem é necessário que a inflação se eleve, deteriorando os salários entre dois reajustes. A inflação funciona, assim, apenas como o instrumento pernoso que faz o ajuste das rendas.

É fundamental ter em conta que a renda é um bolo finito. E que se a política monetária aumenta a renda real dos aplicadores e das instituições financeiras, o sistema econômico requer, e procura via inflação, aqueles que necessariamente terão de registrar perdas equivalentes em suas renda. Essa a razão pela qual sempre nos colocamos contra a pura e simples redução da periodicidade das correções salariais para enfrentar tal situação. Pois, nesse caso o sistema econômico procura e encontra uma inflação ainda mais elevada, que, em menor prazo, provoca as perdas “necessárias” sobre os trabalhadores e outros grupos indefesos.

Em tais circunstâncias só existe uma solução para eliminar o conflito distributivo, levando à estabilidade: reverter o processo de apropriação de rendas que vem beneficiando os aplicadores e as instituições financeiras, atores privilegiados do grande cassino em que o país foi transformado. E para isso só há um caminho, segundo entendemos, e, considerando a magnitude do conflito distributivo, que é um novo plano de estabilização, assemelhado ao Plano Cruzado, mas sem congelamento de salários e preços. Mas isso já é outra história, a ser analisada em uma próxima oportunidade. Por ora o País deve ficar atento para impedir que um programa lastreadonas abstrações do Fundo Monetário Internacional leve o Brasil ao mesmo processo de total desorganização econômica de que são vítimas Argentina e México, que agravam os problemas internos sem resolver os problemas externos.

Décio Garcia Munhoz é professor da UnB e ex-presidente do Conselho Federal de Economia